



## Perversidades do RJIES

**N**os 10 anos do RJIES é urgente questioná-lo, visando a sua transformação e a superação das suas perversões intoleráveis.

Uma delas, na minha perspectiva, reside na modalidade de eleição do reitor. Em concreto, não considero aceitável que o órgão que fiscaliza o reitor seja também o órgão que o elege. Considero igualmente imperioso alargar a base eleitoral que escolhe o reitor.

Um balanço de 10 anos permite constatar que, no que respeita ao corpo de docentes e investigadores, genericamente, as eleições para os Conselhos Gerais (CG) são altamente participadas, seja pelo número de listas concorrentes, seja pela taxa de votantes. Nos casos que preveem a representação de funcionários não docentes nos CG esta tendência é igualmente verificável.

Estamos perante uma ironia atroz. Uma vontade efetiva de participação, confirmada por uma ampla participação dá subitamente lugar a um afastamento abissal entre eleitos e eleitores e a um alheamento dos últimos em relação aos CG e às decisões dos seus próprios representantes. Dito de outro modo, participa-se maciçamente para ficar à margem de tudo. Vota-se em representantes para que eles votem por nós naquilo que é realmente importante e naquilo em que, certamente, se estaria disponível para participar: escolher o reitor, decidir a passagem ao regime fundacional, etc.

Caricaturalmente, candidatos e eleitores, os segundos mais que os primeiros, tendem a ver os conselheiros como não fazendo quase mais nada de relevante que eleger o reitor e, eventualmente, decidir a passagem a fundação. Os membros externos, por via de regra, partilham essa expetativa, pois não têm tempo para fazerem muito mais que isso e para participar nas reuniões ordinárias do CG.

A Universidade aceita que o Presidente do seu órgão mais elevado de governação venha de fora. Mas não tolera, assim o comprova 10 anos de RJIES, que o reitor seja um externo. Até prova em contrário, quem manda realmente não pode vir de fora. Porém, o RJIES ficciona que o reitor não é o órgão máximo de governação, pois depende de um conselho que o elege e fiscaliza, estando sujeito à tutela de um externo que preside a esse alegado órgão máximo de governação. Esta ficção, aliada a um contexto de opacidade e de controlo pelos reitores dos recursos e instrumentos que poderiam dar vida própria aos CG abre caminho a um poder discricionário, insuficientemente sindicado e propenso a atuações nas margens da legalidade.

Tenho dúvidas que os CG sejam os órgãos adequados para fiscalizar os reitores, não tanto pela sua composição, mas sim pelo seu modo de funcionamento. Não tenho dúvidas que é necessário alargar a base eleitoral que elege diretamente o reitor. Isso pode passar por órgãos como o senado ou por um maior protagonismo dos esvaziados conselhos científicos. O que é importante é que funcionários não docentes, estudantes, docentes e investigadores tenham, numa base mais alargada, uma participação mais direta na escolha do reitor. Se isso se concretizar está, desde logo, garantida uma nova forma de escrutínio e de responsabilização.

Este número da *Ensino Superior – Revista do SNESup* é dedicado, quase por inteiro à discussão do regime fundacional. Uma das inovações do RJIES que representa mais uma oportunidade para aumentar o poder discricionário dos reitores e para concretizar o esvaziamento dos próprios Conselhos Gerais.

Os depoimentos que publicamos fazem um balanço crítico da adoção deste regime. •



PAULO PEIXOTO

PAULO.PEIXOTO@SNESUP.PT